

# Planejamento exorciza a economia - Brasil moratória e o "calote"

JOSE BERNARDES

Da Editoria de Economia

Moratória ou calote da dívida externa brasileira são expressões que continuam a ser exorcizadas em todos os escalões do Ministério do Planejamento, que estaria já resistindo até mesmo a correntes de opinião de dentro do próprio Governo favoráveis à ideia. Três assessores do ministro Delfim Netto comentaram o assunto nos últimos dias. Dois deles afastaram completamente a hipótese de o País escolher esse caminho para o problema das suas contas externas e o terceiro observou que a discussão sobre a moratória envolve uma questão semântica, admitindo que o País já pratica um certo tipo de moratória por estar com pagamentos da sua dívida atrasados, mas que isso é uma coisa bem diferente de "moratória unilateral", ou suspensão unilateral dos pagamentos, que, segundo ele, "nem o Brasil e ninguém quer".

Esse assessor observou que, a rigor, apenas dois países até agora declararam moratória unilateral: O Irã e a Polônia, com consequências sociais absolutamente negativas, no entendimento dele. Para ele, o México não declarou formalmente no ano passado, moratória; aquele país teria, sem anunciar à comunidade financeira internacional, se decidido pelo não pagamento de compromissos em certos prazos, mas sem dizer que não pa-

garia.

O assessor de Delfim Netto defende a ideia de que é chegado o momento das autoridades econômicas brasileiras negociarem, para valer, os prazos e as condições do pagamento dos compromissos da sua dívida externa, que ao final de 82 chegou aos 83 bilhões de dólares. Ele acha que o Brasil deveria pedir um alongamento dos prazos para tirar a sua economia do "sufoco". Acredita que tal ideia seria bem acolhida pelos credores do País.

Um outro qualificado assessor do ministro do Planejamento embora ache a situação complicadíssima, descarta totalmente a ideia de moratória, em qualquer de suas acepções, classificando de "impatrióticas e irresponsáveis" as propostas nesse sentido feitas por economistas e políticos (não citou nomes). No entendimento dele, essas propostas "não contemplam as consequências de médio e longo prazos", que, segundo ele, podem ser traduzidas por um desemprego sem precedentes, a começar pela indústria automobilística e pelo setor de autopeças.

Observou que a situação brasileira é peculiar, não podendo se tomar medidas como as adotadas pelo México, por exemplo. Argumentou que o México e a Argentina são auto-suficientes em termos de abastecimento de petróleo, sendo que o primeiro o exporta inclusive, acrescentando que paralelamente a isso as suas indústrias são pouco de-

envolvidas. Isso — comentou — não ocorre no caso brasileiro, caracterizado por uma grande dependência de energia externa (o petróleo) e que possui uma indústria bem desenvolvida. Para ele, países como o México e a Argentina podem cortar importações porque elas não são essenciais, o que não pode ser feito de forma drástica no Brasil, "onde se depende, em função do desenvolvimento da nossa indústria, de equipamentos básicos importados, sem os quais muita coisa não anda". Além disso, comentou que as condições políticas no México são diferentes das existentes no Brasil, o que permitiu aquele país achar os salários (que neste ano deverão crescer 60 por cento para uma inflação de 90). No entendimento do informante, no Brasil isso jamais seria possível.

Outro assessor de Delfim chamou a atenção para a situação de o País ter que conviver com uma suspensão das importações de petróleo, que, no entendimento dele, estagnaria todo o sistema produtivo nacional, com consequências imprevisíveis. "Como se abastecerá o Rio de Janeiro de gás encanado? Como e em que grau teria que se fazer o racionamento de gás de cozinha, que esse ano exigirá importações de 250 milhões de dólares. Esse é apenas um dos muitos problemas", comentou o assessor do ministro-chefe da Seplan. Ele é de opinião que não há outra saída senão a renegociação da dívida nos moldes atuais.

8 AÇO 1983